

Comunicação Comunitária e a Ideia de Inovação: ou a importância do cotidiano para a produção do comum em tempos de telepresença radical¹

Marcello Monteiro Gabbay²

Universidade São Judas Tadeu, SP

Resumo

O presente texto apresenta uma contribuição na forma de reflexão crítica sobre a relação entre a comunicação comunitária, popular ou cidadã, a ideia ordinária de inovação como fenômeno ligado à adoção compulsória das tecnologias digitais e a necessidade de atualização do conceito de “intelectual orgânico”, a partir dos temas tratados nas últimas contribuições deste autor no GP “Comunicação para a Cidadania”, da Intercom. Concluímos é preciso adotar a inovação tecnológica de forma empoderada para ocupação dos espaços e para desmontar as estratégias de maquinização da cidade e da cidadania.

Palavras-chave

Comunicação comunitária; inovação; tecnologias digitais; crítica social; cotidiano.

1. Introdução:

Desde que se fundou o pensamento filosófico-social sobre o comum e o comunitário nos anos 1970 no Brasil, com a ascensão dos vários movimentos populares de acadêmicos, com a União Cristã Brasileira de Comunicação Social, a UCBC, a Teologia da Libertação e as perspectivas da leitura crítica da comunicação, culminando, no ano de 1990, com a fundação do GT de Comunicação e Cultura Popular da Intercom, e com as longas discussões sobre a Lei 9.612 de radiodifusão comunitária, estamos refletindo sobre quais seriam as bases da comunicação comunitária e popular e cidadã.

¹ Exemplo: Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Doutor nos cursos de Comunicação & Artes da Universidade São Judas Tadeu. E-mail: marcellogabbay@uol.com.br.

Com o avanço das tecnologias de comunicação digital, o tema se desenvolveu também. As rádios comunitárias mesmo se beneficiaram com possibilidades de emissão digital para além do sistema de dial e frequência modulada. Por um tempo, o comunitário parecia ter encontrado seu lugar nas redes sociais digitais.

Mas hoje, passados mais de 30 anos da popularização da Internet, e em o avanço das tecnologia de produção de realidade por Inteligência Artificial e todo o debate sobre a as fake news e o novos sistemas de verdade, um velho paradigma do comum precisa ser retomado: a experiência do cotidiano, que inclui todas as preocupações com a vida nas cidades, a necessidades de co-presença para fortalecimento de movimentos sociais que trabalham sobre grandes temas, como habitação, preconceito, racismos, homofobia, sexismo, direitos humanos, cultura, dentre tantas outras querelas.

A partir desse paradigma, entendemos que a produção do comum se funda nas complexas relações do cotidiano, naquilo que recorrentemente temos ilustrado como a “sujeira” da vida comum (GABBAY, 2019). E que aí se incluem afetos os mais variados, solidariedade, inveja, rancor, perdão, cuidado. Acreditamos ser este o caminho epistemológico coerente com algumas tradições ligadas à compreensão do cotidiano, na sociologia (os estudos do imaginário e microssociologia), na historiografia (com a micro-história), na psicologia social (com a noção de luz e sombra), na antropologia (com a etnografia) e na arquitetura (com a noção de “cidade aberta”), e até na música (com a etnomusicologia).

2. Repensando o Intelectual Orgânico:

Assim, é preciso repensar a antiga noção de “intelectual orgânico” que por décadas orientou o pensamento em comunicação popular e comunitária. Acreditamos que a ideia de “intelectual orgânico” deve se atualizar no campo da “sujeira” e não da automação. O intelectual orgânico gramsciano, termo tão caro aos movimentos de comunicação comunitária e popular, vem sendo posto no campo das contemporaneizações. Mas este é um papel que deve ser atribuído ao fenômeno da comunicação no cotidiano. Se em outra época, o intelectual orgânico assumia a forma do jornal popular, ou das rádios comunitárias, era porque estas ferramentas se produziam no campo do cotidiano, no chão de fábrica ou nos terreiros, nos morros, nos

bairros, nas zonas rurais. Deslocar o conceito de intelectual orgânico para a mídia em si é retirar-lhe a força comunitária.

O ativista e artista britânico Alexander Billet (2024, p. 155) sugere que é preciso retomar os espaços públicos, não deixando que o capital digital e financeirizado os ressignifique.

À medida que os espaços físicos destinados à manifestações criativas são espremidos até a inexistência, os espaços virtuais – de propriedade privada, rigorosamente controlados, perfeitamente adaptados à captura e à financeirização do desejo – assumem o seu protagonismo (BILLET, 2024, p. 155)

Isso significa realmente retomar as práticas comunitárias nas ruas, ainda que reverberadas nas mídias digitais. Retirar a força formativa do intelectual orgânico da rua é desocupar importantes espaços de poder. Alexander Billet prossegue:

O resultado, uma síncope perversa com a arritmia da cidade autoritária, conseguem o que muitas tentativas de repressão direta não conseguem: o consentimento para a exploração (BILLET, 2024, p. 155)

Desocupar o espaço do popular é portanto consentir, de alguma forma, sua exploração pela especulação imobiliária e financeira.

Pois o sentido do intelectual orgânico como comunicação comunitária é ajudar a produzir a ética coletiva daquele território, o que Michel Maffesoli (2010) classificou como a “ética da estética”, o fenômeno de construção de valores éticos a partir da experiência de co-presença, co-existência, e que fundamentam a experiência do comum, seja ela temporária ou perene. É, sobretudo, uma ética do território.

Assim, é preciso valorizar processos comunicacionais populares do cotidiano e do ordinário, amparados em práticas de rua, terreiros, becos, esquinas, rodas, e no imaginário engendrado nesses espaços.

Quando abandonamos o território, o capital o ocupa. Assim funciona a especulação imobiliária, acelerada no pós-Pandemia da Covid-19.

É preciso preservar a alma do comunitário. As “forças não materiais” de Marcuse (2007). A “alma da cidade” de James Hillman (1993).

Vivemos, de uma perspectiva histórico-sociológica, a metástase do modelo produtivista especulativo das cidades. A crise climática no Rio Grande do Sul em 2024 é a prova mais recente da forma como a crise ambiental tem sido transformada em narrativas negacionistas na extrema direita no mundo todo, como subterfúgio para manutenção de economias predatórias, como o petróleo e as monoculturas da soja, dos grãos e do gado de pasto. Estas, monoculturas que silenciam formas mais sustentáveis de existência e de cidades em nome de um imaginário do progresso linear.

Ailton Krenak, o imortal da ABL, nos diz que, como os pássaros, devemos andar na Terra pisando suavemente, sem deixar rastros. E continua dizendo que “estamos todos irremediavelmente interligados” (UNESCO, 2013). Logo ele que teve seu povo dizimados pelo avanço da colonização no centro-sul do Brasil.

É preciso olhar por detrás, como para o fundo das aparências (MAFFESOLI, 2010), para a profundidade da alma coletiva, para podermos apropriar as inovações materiais e tecnológicas à necessidade psicológica, ambiental, social e cultural de nosso tempo. Nosso tempo requer vínculo, entre os povos e com o mundo.

O arquétipo masculino destrutivo que ainda engendra guerras, e que em junho de 2024 enviava balões com lixo e fezes pelos ares³, está regredido à infância mais perversa. Nietzsche falava, no Zaratustra (2018), da criança que brinca como estágio final da caminhada humana. Esse sim um arquétipo da inovação, da invenção criativa. O primitivo na criança, como algo por detrás e não inferior, é como Kierkegaard (2004) sedimenta sua “Dialética da Comunicação”. O primitivo que contém a inovação criativa e os desejos, a brincadeira, os impulsos.

3. Inovação como Aspecto do Cotidiano:

Isso nos aponta que há uma diferença entre inovar criativamente, movido pelos desejos coletivos, e adotar tecnologias padronizadoras que sublimam o desejo e interrompem os impulsos em nome de uma adequação.

A inovação deve promover uma potência criativa religadora da cultura, do estar-junto, do vínculo, cujo cimento é a emoção coletiva. E isso não é saudosismo, pois a emoção coletiva está em várias formas. Está na Internet, na gamificação, no TikTok,

³ Referimo-nos ao conflito simbólico entre a Coreia do Norte os países vizinhos ao Sul, marcado pelo envio de balões carregados de lixo e dejetos por parte do primeiro. Fonte: <https://oglobo.globo.com/fotogalerias/fotos/2024/06/nada-de-bombas-ou-misseis-coreia-do-norte-envia-baloes-com-lixo-e-fezes-para-o-sul-veja-imagens.ghtml#>

mas também está no terreiro, na pelada de futebol, nas rodas de samba e rimas. É a *katharsis* aristotélica atualizada. Sair transformado e transtornado.

E isso requer sujar as mãos, se jogar no mundo. Participar. Não à toa, Jesús Martín-Barbero (2003), o entusiasta da pesquisa de recepção e da cultura popular latino-americana, costumava dizer que a pesquisa requer “sujar as mãos” na vida cotidiana. E isso implica pensar o comunitário como embate, confronto. Talvez seja essa a perspectiva de uma comunidade “pós-social” de Martin Buber (2008), ancorada na relação mais instintiva e criativa entre as pessoas, e baseada na relação de sentido entre o “eu” e o “tu”. Ressaltamos novamente que não se trata de uma comunidade ideal ou imaginada por um desejo romântico de unificação das ideias, mas, ao contrário, trata-se de um comunitarismo vivo, dinâmico e em constante transmutação, cujo vínculo é o pertencimento afetivo forjado no território ou em demais formas de co-presença.

Território é lugar de negatividades, como negação de um modelo liso e padronizado de sociedade, negação, enfim, do positivismo moderno. E o que há de diversidade na cidade – o próprio sentido do “outro” – é a possibilidade de inclusão da negatividade. “Onde vige o puramente positivo, o excesso de positividade, ali não há espírito”, afirma o filósofo coreano Byung-Chul Han (2012, p. 46). O autor está se referindo a perda do *eros* na vida social.

O neoliberalismo, com seus impulsos do eu e de desempenho desenfreados, é uma ordem social da qual o *eros* desapareceu totalmente. A sociedade da positividade, donde se ausentou a negatividade da morte, é uma sociedade do mero viver, dominada pela única preocupação de “assegurar a sobrevivência na descontinuidade” (HAN, 2012, p. 52).

Encontramo-nos em um momento em que não basta lançar críticas a um modelo de sociedade orientado pelo positivismo “puro”, aquele marcado pelo desejo do progresso, da aniquilação da feiura simbólica, pela especulação imobiliária que atropela a memória arquitetônica dos centros urbanos, e pelas medidas eugenistas que vão desde a privatização dos transportes, parques e espaços públicos, até o modelo repressivo de policiamento nos eventos coletivos e nos bairros periféricos. É preciso, mais que isto, reestabelecer o lugar da negatividade, do *eros* como domínio sombrio da vida coletiva, como impulso criativo, contato vital, precisa ressurgir na forma de movimentos de resistência de base comunitarista.

Vimos trabalhando na cidade de São Paulo com o projeto de extensão universitária “Paisagem Sonora”⁴, com uma perspectiva de que a ocupação cidadã da cidade é dissonante. Pois a paisagem sonora das grandes cidades é hoje tomada por uma unilateralidade acústica da máquina e do digital; e há de se buscar compensações a esta unilateralização da cidade, pois a uma unilateralidade sonora corresponde uma unilateralidade socioeconômica, política e cultural. É a monocultura do som e monocultura da sociedade (SHIVA, 2003).

Isso se baseia na ideia do psicólogo americano James Hillman (1993) de que a cidade é um espaço psíquico, graças à produção em cadeia de afetos coletivamente sustentados. Então precisamos entender a cidadania em suas relações psico-afetivas com a cidade, suas construções, espaços, cheiros e sons. Quem já foi a Porto Alegre imagina o nível de destruição psíquica que é sentir o cheiro fétido de esgoto nas ruas da Cidade Baixa ou na Casa de Mario Quintana depois da catástrofe climática de 2024. Imaginem São Paulo sem sua garoa; a Gamboa no Rio de Janeiro sem o som do samba; o Ver-o-Peso em Belém do Pará sem o cheiro de peixe.

A especulação imobiliária de forma predatória adocece a cidade e desmobiliza a cidadania. Assim como a tecnologia de maquinização das relações pode adoecer e desmobilizar o comunitário. A superurbanização, a violência, a especulação desestruturam a produção do comum e provocam doenças psíquicas naqueles que habitam a cidade (HILLMAN, 1993, p. 37-42).

Com isso, não lançamos, de forma nenhuma, uma recusa das tecnologias máquinicas e digitais. Sua existência é culturalmente natural, e a cidade precisará, mais do que nunca, de inovação para reinventar os espaços do comunitário. Como serão? Quem estará neles? Como integrarão as tecnologias e a Inteligência Artificial? Pois a tecnologia faz parte da ecologia do comum. Muniz Sodré, no livro “A Ciência do Comum”, de 2014 diz:

O que antes pensadores e poetas chamavam de imaginário é agora, graças aos recursos da informática, a matéria corrente de um fluxo informacional capaz de produzir infinitamente formas sonoras, visuais, táteis, sem que o resultado possa ser concebido como outro termo ou outra margem, separada do real (SODRÉ, 2014, p. 249).

⁴ <https://paisagemsonora.wixsite.com/usjt>

Assim como Freud descobriu no início do século XX que o sonho era parte do real psicológico – o que os povos originários já sabiam desde sempre – o tecnológico é parte do real também. A voz de John Lennon reconstruída com Inteligência Artificial em 2023 para a última canção dos Beatles é real. E em alguma medida, Silvio Santos cantando a banda Dire Straits em *mouthsincing* no TikTok é real. Está lá. Produz efeito.

Nos anos 1920, Antonin Artaud, inspirado no fotógrafo Man Ray, utilizou colagens fotográficas para produzir surrealidade, fazer voar a si mesmo em várias partes. O cinema fez e faz isso. E produz vínculo.

As incontáveis rádios comunitárias que, legalizadas ou não pela Anatel, falam, produzem vínculo. Não faz a menor diferença a lei se algo existe. Isso é a ideia de virtualidade, a possibilidade de existir no campo das imagens, do imaginário e da transparência (VATTIMO, 1990).

Mas o uso das tecnologias para produzir realidade pode estar a serviço sim da especulação financeira ou da cidadania. Seria bom que se encontrasse o caminho do meio? Mas há sempre o risco que esteja a serviço da maquinização da vida.

É preciso usar a tecnologia para abrir as cidades e assim abrir a cidadania. Pois “a primeira vítima da cidade privatizada é a alteridade”, dizia a antropóloga da comunicação Janice Caiafa (2007, p. 23-25).

Em 2016, em coautoria com Raquel Paiva, no artigo “Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo”, afirmávamos que “a verdadeira cidade está nas ruas” (GABBAY e PAIVA, 2016, p. 7). Assim, muitas iniciativas podem ser tomadas a esse respeito. Ainda em 2009, o professora da UFBA André Lemos já falava em usar as mídias locativas para mapear a cidade de Salvador, revelando suas estrias históricas.

Em Salvador, em 2012, depois que o prefeito João Henrique aprovou as mudanças na Lei Orgânica de Uso e Ordenamento do Solo, após votação na Câmara Municipal de Salvador, com emendas como a ampliação do gabarito da orla marítima, permitindo a construção de prédios de até 27 andares, e permitindo que os edifícios exerçam sombreamento nas praias antes das 10 horas e a partir das 14 horas, e a extinção do Parque Ecológico do Vale Encantado – área de reserva de mata atlântica, com um milhão de metros quadrados, localizada entre a Avenida Paralela e a orla – ; e a criação de nove perímetros destinados à construção de hotéis, o Movimento Desocupa construir um mapa colaborativo da região, chamado “RadarDesocupa”, voltado a

descobrir as “caixas-pretas” escondidas no fundo da cidade, e que escondem problemas estruturais. Antes, com alunos da UFBA, o professor usou o conceito de WikiCity para instalar QR-Codes na cidade que revelavam aspectos sombreados da história social de Salvador (LEMOS, 2010).

Na cidade do Espírito Santo do Pinhal, interior de São Paulo, a Cia da Hebe, espaço cultural de resistência, instalou caixas de som voltadas para as calçadas com falas de pessoas marginalizadas (Imagem 1).

Imagem 1: área externa da Cia da Hebe com instalação sonora nas janelas do porão.



Fonte: ciadahebe.com.br.

No bairro da Mooca, na Zona Leste da capital paulista, nosso projeto “Paisagem Sonora” instala uma estrutura sonora com sons do parque Mooca em pontos caóticos do bairro, como o metrô Bresser (Imagem 2).

Imagem 2: Instalação sonora do projeto Paisagem Sonora, Metrô Bresser, São Paulo.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

As Rádios Comunitárias são pioneiras em apropriar a tecnologia, adaptando transmissores a partir de embarcações, como a famosa Radio Caroline, na Dinamarca nos anos 1960. Depois com os computadores, a RádioTube, realização da ONG Kriar Brasil, do Rio de Janeiro, apropriando-se do conceito do Youtube para oferecer um espaço de streaming de rádios comunitárias em 2007.

A preocupação hoje é seguir inovando de forma empoderada. Apropriar, samplear, criar versões. Desmontar as estratégias de maquinização da cidade e da cidadania. Pois, disfarçados de novidade, os mecanismos de aprisionamento de nossa criatividade são cada vez mais sedutores. A comunicação popular cidadã nasceu de forma transfigurativa e assim, deve seguir na missão de transmutar e reconfigurar as formas sociais para o bem comum.

Referências bibliográficas

BILLET, Alexander. **Abalar a Cidade:** música, capitalismo, espaço e tempo. São Paulo: Sobinfluência Editora, 2024.

CAIAFA, Janice. **Aventura das Cidades:** ensaios e etnografias Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GABBAY, Marcello. O Comum na Cultura Popular: o papel da canção no “sujo” comunitarismo contemporâneo. **Anais do 42º Congresso da Intercom.** Belém: UFPA, 2019.

GABBAY, Marcello e PAIVA, Raquel. Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo. **Anais 39º Congresso da Intercom**. São Paulo: USP, 2016.

HAN, Byung-Chul. **A Salvação do Belo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2019.

HILLMAN, James. **Cidade e Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

KIERKEGAARD, Soren. **La dialectique de la communication**. Paris: Rivages/Petite Bibliothèque, 2004.

LEMONS, Andre. VOCÊ ESTÁ AQUI!: mídia locativa e teorias “materialidades da comunicação e “Ator- Rede”. **Anais do Congresso da Compós**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em : http://compos.com.puc-rio.br/media/gt4_andre_lemos.pdf. Acesso em jun. 2024.

MAFFESOLI. **No Fundo das Aparências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARCUSE, Herbert. **A Dimensão Estética**. Lisboa: Edições 70, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim Falou Zaratustra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNESCO. “20 Ideias para Girar o Mundo”, 2013 [vídeo], 6m41s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f48HAu0bNPc>. Acesso em jun. 2024.

VATTIMO, Gianni. **La sociedad transparente**. Paidós: Barcelona, 1990.